

TERMO DE CONTRATO Nº 13 / SUB-SB / 2021

LICITAÇÃO POR CONVITE Nº 02/SUB-SB/2021

PROCESSO SEI Nº 6061.2021/0000272-0

CONTRATANTE: SUBPREFEITURA SAPOPEMBA / SUB-SB

CONTRATADA: SINTESE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: REVITALIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA - PRAÇA

**LOCAL: PRAÇA (SEM DENOMINAÇÃO) - RUA REVERENDO SIMÃO SALEM – VILA
CARDOSO FRANCO**

DISTRITO: SAPOPEMBA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 159.974,86 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)

Aos 03 dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e um, na sede da Subprefeitura SAPOPEMBA, CNPJ 19.153.572/0001-39, situada na Avenida Sapopemba, 9.064 – SAPOPEMBA - São Paulo/SP, presentes de um lado a **Município de São Paulo**, representada neste ato pelo Subprefeito da SAPOPEMBA, **Sr. MARLON SALES DA SILVA**, adiante designado apenas por **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **SINTESE ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ nº 54.444.971/0001-50 com sede na Rua Cabo Oswaldo José de Oliveira, 90, Bairro Jardim Maria Helena- Guarulhos –S.P., telefone: 4963-6348, vencedora e adjudicatária do Convite acima citada, neste ato representada por seu representante legal ou procurador, **Sr. LUIZ WANDERLEY GOMES**, CNPJ **077.461.708-03**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, consoante despacho do processo administrativo em epígrafe, publicado no DOC de 02/09/2021, resolvem firmar o presente contrato, objetivando a prestação dos serviços discriminados na Cláusula Primeira – OBJETO, que serão executados, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 13.278/2002, Decreto Municipal nº 44.279/2003, Decreto nº 56.475, de 5 de Outubro de 2015, com suas alterações posteriores e demais normas complementares e disposições deste instrumento, consoante às cláusulas que seguem:

I – DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto deste ajuste a contratação de serviços de revitalização da PRAÇA (SEM DENOMINAÇÃO) - RUA REVERENDO SIMÃO SALEM – VILA CARDOSO FRANCO – Distrito SAPOPEMBA.

1.2 – Deverá ser obedecido rigorosamente o Memorial Descritivo – **Anexo V**, Relatório Fotográfico – **Anexo VI** e Projeto de Implantação – **Anexo VII**, do edital que precedeu este ajuste.

W



II – DO REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR E DOTAÇÃO

2.1 – O valor que vigorará no presente contrato é R\$ **159.974,86 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)**.

2.1.1 – Neste preço estão incluídos todos os custos, benefícios, e margem de lucro da contratada e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços objeto deste, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida à Contratada além do valor de sua proposta, que faz parte integrante deste ajuste.

2.2 – Para fazer frente às despesas do contrato no presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados, onerando a dotação nº 98.12.15.452.3022.3350.4.4.90.39.00, através da Nota de Empenho nº 70290/2021, no valor de R\$ **159.974,86 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)**.

2.3 - Nos casos de eventuais serviços extracontratuais, e para a respectiva aprovação destes pela autoridade competente, a CONTRATADA apresentará novo cronograma físico-financeiro que obrigatoriamente acompanhará nova planilha orçamentária (preços unitários e quantitativos), de maneira a demonstrar o impacto da despesa sobre o valor contratual – com base no disposto do “Paragrafo Único” do art. 48 do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

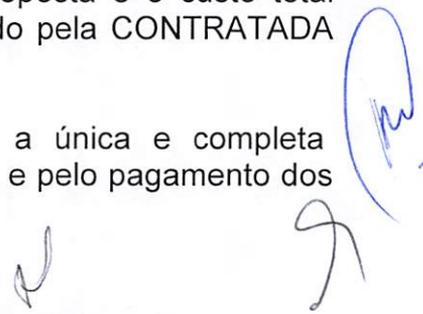
2.4 – O novo cronograma físico-financeiro e a planilha orçamentária, citados no subitem anterior, deverão sempre ser analisados e aprovados pela fiscalização do Contrato.

2.5 – A execução dos serviços extracontratuais somente deverá iniciar pela CONTRATADA quando da expedição da respectiva autorização, mencionada no subitem 12.8.

2.6 – A autorização será emitida pela fiscalização do Contrato, mediante despacho Autorizatório da Autoridade competente e lavratura de Termo Aditivo, com base nos artigos 48 e 49 do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

2.7 – Os preços unitários para execução de serviços extracontratuais serão indicados pela CONTRATADA, observados os valores constantes da Tabela de Composição de Custo Unitário que serviu de base à elaboração do orçamento da PMSP, sobre os quais incidirá a variação entre o custo total oferecido na proposta e o custo total constante do orçamento da Prefeitura e, ainda, o BDI indicado pela CONTRATADA na proposta.

2.8 – Os referidos preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos



encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

III – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1 – O prazo total da contratação é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data fixada na “Ordem de Início”.

3.2 – A data para início da prestação dos serviços será fixada na Ordem de Início, a ser expedida pelo Coordenador de Projetos e Obras desta Subprefeitura SAPOPEMBA que indicará o(s) técnico(s) para fiscalizar as obras objeto desta contratação.

3.2.1 – A contratada deverá retirar a Ordem de Início em até 03 (três) dias úteis contados da convocação.

3.2.2 – A contratada executará todos os serviços convencionados, dentro do prazo fixado, obrigando-se a entregar, ao término deste prazo, referidos serviços completos de acordo com os requisitos do presente e seus anexos.

3.2.3 – Na hipótese da contratada se negar a retirar a Ordem de Início, será esta enviada pelo correio, registrada, considerando-se como efetivamente recebida na data do registro, para todos os efeitos legais.

3.3 – As condições de execução do ajuste, inclusive as obrigações das partes, são as especificadas neste contrato.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – Em conformidade com a Portaria SF Nº 170 DE 31 DE AGOSTO DE 2021, o processo de liquidação e pagamento das despesas provenientes de compras, de prestação de serviços ou de execução de obras será formalizado pelo fiscal do contrato em expediente devidamente autuado, com a junção dos seguintes documentos, em ordem cronológica, discriminados a seguir:

4.1.1 – Requerimentos de Medição Mensal e/ou Única, apresentado pela Contratada ao fiscal do contrato;

4.1.2 – Nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;

4.1.3 – Demonstrativo da retenção dos impostos devidos e outros descontos referentes ao pagamento da despesa;

4.1.4 – Medição detalhada comprovando a quantidade e execução das obras no período a que se refere o pagamento;

4.1.5 – Memória de Cálculo dos serviços executados na medição de referência;



4.1.6 – Relatório fotográfico antes do início, durante e depois de finalizados os serviços que estarão sendo medidos;

4.1.7 – Comprovantes ou tickets emitidos pelo aterro onde foram dispostos os entulhos, desde que exigidos pela fiscalização;

4.1.8 – Cópia da Nota de Empenho;

4.1.8.1 – Na hipótese de existir Nota de Retificação e ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

PARAGRAFO ÚNICO: Compete à Unidade Gestora dos contratos atentar-se para o artigo 3º da Portaria SF N° 170/2020, em especial ao art. 3º, no que tange:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, prova de regularidade com o FGTS e as contribuições previdenciárias, além de outras certidões/documentos ou conforme previsão no respectivo contrato ou documento que o substitui.

4.2 – O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades de serviços executados no período, aplicados os preços unitários contratuais.

4.3 – O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do adimplemento da obrigação contratual, ou de cada parcela (medição mensal), bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

4.3.1 – A Nota Fiscal deverá ser recebida pelo gestor do contrato, para exercer conferência prévia de relação de objeto, período, contrato e valor medido.

4.4 – Caso haja necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência de prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

4.5 – Por ocasião da apresentação da nota fiscal, fatura, a CONTRATADA estará sujeita as retenções cabíveis, fiscais e das contribuições ao INSS, decorrentes de legislações específicas, bem assim a comprovação de regularidade para com o FGTS, decorrentes do objeto deste contrato.

4.6 – Por ocasião dos pagamentos, a critério da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA comprovar sua regularidade trabalhista relativa à execução dos serviços contratados, mediante apresentação de cópias das últimas guias de recolhimento do FGTS, acompanhadas de declaração em que ateste a correspondência dos recolhimentos ao objeto contratual.

4.7 – ISS – Imposto Sobre Serviços – Lei Municipal n° 13.701/03, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 53.151/12, e alterações posteriores;.



- a) Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS”. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, com as deduções previstas em lei, as quais deverão ser destacadas na Nota Fiscal Fatura;
- b) No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas fora do Município, da Secretaria Municipal da Fazenda, no termos dos artigos 9º-A e 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2013, com redação da Lei Municipal nº 14.042/2005 e artigo 68 do Regulamento do Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza – ISS, aprovada pelo Decreto Municipal nº 50.896/2009.
- c) Não sendo apresentado o cadastro do subitem anterior o valor do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços do presente, será retido na Fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentado pela Lei Municipal nº 14.042/2005, na sua conformidade do Regulamento do Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza – ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/2009 e da Portaria SF Nº 101/2005, com as alterações da Portaria SF nº 118/2005.

4.8 – Imposto Sobre a Renda - Decreto Federal nº 9.580/18 e alterações posteriores.

- a) Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O IRRF”. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.
- b) Ao declarar-se optante pelo Simples Nacional, a Empresa deverá apresentar a Guia do DAS (Documento de Apresentação do Simples Nacional), assim como o devido pagamento, e apresentar o extrato do mesmo quando a Contratada solicitar.

4.9 – INSS – Instrução Normativa RFB nº 971/09 e alterações posteriores.

4.10 – Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”.

- a) A falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança, impossibilitará a CONTRATADA a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da CONTRATANTE proceder à retenção / recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança ou devolvê-lo à CONTRATADA;

4.11 – Serão descontados do respectivo pagamento os serviços não executados, ou não executados a contento, assim certificados pelo responsável pela fiscalização do contrato, indicado pela Contratante, por ocasião da assinatura deste ajuste, sem prejuízo das sanções pertinentes, devendo a CONTRATADA, se for o caso, proceder

W

A

aos competentes ajustes da documentação necessária ao pagamento, cujo prazo recomeçará a fluir a partir da apresentação dos novos documentos.

4.12 – Os pagamentos serão efetuados por crédito em conta corrente no Banco do Brasil S/A ou outro que vier a ser indicado pela SF ou, excepcionalmente, no Departamento de Tesouro, a critério da Secretaria das Finanças, conforme Decreto nº 51.197/2010.

4.13 – Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

4.14 – O pagamento obedecerá ao disposto nas Portarias da Secretaria Municipal da Fazenda em vigor.

4.15 – Haverá compensação financeira quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, mediante requerimento a ser formalizado pela Contratada, nos termos da Portaria SF nº 05/2012.

4.15.1 – Para fins de cálculo da compensação financeira, o valor principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

4.16 – A Prefeitura se reserva o direito de exigir a qualquer hora os demonstrativos da empresa contratada, referentes à execução dos serviços, inclusive quanto aos benefícios recebidos pelos trabalhadores, devidamente assinados.

V – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

5.1 – O objeto deste contrato será recebido e fiscalizado, consoante o disposto no artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes.

5.2 – A fiscalização do perfeito cumprimento deste ajuste, incumbirá a Coordenadoria de Projetos e Obras, devendo ser observadas as condições estabelecidas nas especificações, descritas no objeto.

5.3 – A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Compete à contratada:

6.1.1 – Executar as obras obedecendo às especificações constantes no Edital e seus Anexos que precederam este ajuste e dele fazem parte integrante;



6.1.2 – A Contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos e outros;

6.1.3 – Todos os locais danificados decorrentes das obras, tais como: tampas de bocas de lobo, quebras de calçadas, muros, jardins, tubulação e outros, deverão ser imediatamente refeitos, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem nenhum ônus à Contratante;

6.1.4 – A Contratada ficará responsável a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade das obras executadas e materiais utilizados;

6.1.5 – A Contratada promoverá a sinalização de obra necessária e será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços a PMSP, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamento e pessoal aos locais de trabalho;

6.1.6 – A Contratada deverá arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

6.1.7 – A Contratada deverá afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução das obras;

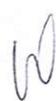
6.1.8 – A Contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, no horário estabelecido por ela, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que também poderão ser realizadas em outros locais;

6.1.9 – A Contratada obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação afeta à contratação;

6.1.10 – A Contratada é responsável pelos danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela contratante, do desenvolvimento das obras objeto deste instrumento.

6.1.11 – Indicar o(s) responsável (is) técnico(s) registrado(s) no CREA, pela execução dos serviços que deverá(ão) emitir a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) de acordo com a Lei Federal nº 6.496 de 07.12.77 e Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA.

6.1.12 – Adotar o livro de ordem para as obras e serviços de engenharia, em conformidade com a Resolução nº 1.094/2017 – CONFEA.



6.1.13 – Cumprir, durante toda vigência do Contrato, as disposições relativas às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme parágrafo único, do artigo 117, da Constituição do Estado de São Paulo, bem como, as constantes no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Compete à CONTRATANTE, por meio da fiscalização, que será exercida pela Coordenadoria de Projetos e Obras:

7.1.1 – Fornecer à Contratada todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos;

7.1.2 – Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada;

7.1.3 – Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;

7.1.4 – Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

7.1.5 – Promover, com a presença da Contratada, a medição dos serviços efetuados e encaminhar a documentação pertinente para pagamento;

7.1.6 – Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalhos, especificações de prazos e cronogramas;

7.1.7 – Solicitar parecer de especialista em caso de necessidade;

7.1.8 – Acompanhar os trabalhos desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução dos mesmos e o atendimento das especificações, bem como solucionar os problemas executivos;

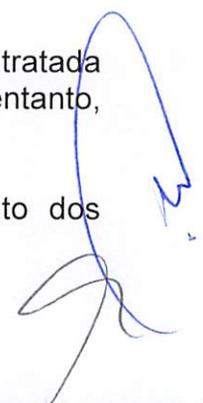
7.1.9 – Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Edital e das disposições legais que o regem.

7.2 – A contratante deverá assegurar à contratada condições para o regular cumprimento das obrigações desta última, inclusive realizando o pagamento pelos serviços prestados na forma do ajustado entre as partes.

7.3 – A contratante não se responsabilizará por atitudes dos funcionários da contratada que acarretem problemas com usuários ou outras instituições, podendo, no entanto, afastá-los de imediato.

7.4 – A contratante deverá designar um funcionário para acompanhamento dos serviços prestados.

W



7.5 – Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas.

7.6 – Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no ajuste, de acordo com o Edital e as leis que regem a matéria, atentando, em especial, aos procedimentos administrativos para a aplicação das sanções.

7.7 – Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a) Ter, por meio de sua fiscalização, livre acesso aos locais de execução do serviço.
- b) Exercer a fiscalização e supervisão dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, efetivando avaliações periódicas.
- c) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da contratada que estiverem sem uniforme ou crachá, que embarçarem ou dificultarem a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- d) Examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.
- e) Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam as necessidades.
- f) Executar mensalmente a medição dos serviços executados, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade, parcial ou total, dos serviços contratados e por motivos imputáveis à contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

VIII – PENALIDADES

8.1 – São aplicáveis as sanções estabelecidas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, devendo ser observados os procedimentos contidos no capítulo X, do Decreto Municipal nº 44.279/2003 e demais legislação que regulamenta a matéria.

8.2 – Pela inexecução, total ou parcial do ajuste, a Administração, poderá aplicar à Contratada, sem prejuízo de outras previstas em lei:



8.2.1 – Advertência por escrito;

8.2.2 – Multa por dia de atraso injustificado em relação aos prazos fixados: 1,0% (um inteiro por cento) por dia sobre o valor do Contrato, até o máximo de 15 (quinze) dias, incidindo, após, a multa de execução parcial ou total do contrato, conforme o caso;

8.2.3 – Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços: 1,0 % (um inteiro por cento) por dia sobre o valor do Contrato até o máximo de 15 (quinze) dias, incidindo, após, a multa de inexecução parcial do contrato;

8.2.4 – Multa por inexecução parcial do Contrato: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da parcela não executada;

8.2.5 – Multa por inexecução total do Contrato: 30,0% (trinta inteiros por cento) sobre o seu valor.

8.3 – Multa por descumprimento de cláusula contratual: 2,5% (dois vírgula cinco por cento), sobre o valor do contrato;

8.4 – Multa por não atendimento à determinação da fiscalização: 2,5% (dois vírgula cinco por cento), sobre o valor do contrato;

8.5 – Multa por rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA: 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

8.6 – Aplicam-se, a esta licitação, as normas penais constantes dos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/1993, na ocorrência das hipóteses ali relacionadas, além das sanções administrativas nela previstas e na Lei 13.278/2002 e Decretos correspondentes.

8.7 – As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.8 – O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP ou da garantia contratual exigida. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

IX – DA RESCISÃO

9.1 – Dar-se-á rescisão do contrato em qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências nela indicadas. No caso de cisão, fusão e incorporação da contratada a rescisão somente ocorrerá quando houver prejuízo à execução do contrato, a critério da Administração.

W

R



9.2 – Dar-se-á rescisão deste ajuste, independente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/1993 e artigo 29 da Lei Municipal nº 13.278/2002.

9.3 – A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir parcialmente, o objeto do presente contrato a outrem, ou a este se associar, sem prévia aprovação da Contratante, sob pena de considerar-se o contrato rescindido e aplicáveis, no caso, as sanções determinadas pela Legislação Municipal e Federal.

9.4 – Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I da Lei 8.666/1993, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

9.5 – O não cumprimento da legislação trabalhista vigente, quando constatado pelos Órgãos competentes, poderá ensejar a rescisão do ajuste, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – Fica a contratada ciente de que a assinatura deste indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

10.2 – Para assinatura deste Contrato, a empresa apresentou os seguintes documentos:

10.2.1 – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

10.2.2 – Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver, relativo à sua sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.2.3 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.2.4 – Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

10.2.5 – Certidão Negativa de débitos tributários mobiliários, relativa ao Município de São Paulo ou caso não cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo, Declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento como contribuinte neste Município e de que nada deve à Fazenda Municipal de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários.

10.2.6 – Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL

10.2.7 - Indicação do responsável que a representará no local dos trabalhos.

ap



10.2.8 – Declaração em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.184, conforme **Anexo XII**, do edital que precedeu este ajuste.

10.2.9 - Comprovante de depósito da garantia estipulada no item 13.5 do Edital que precedeu este ajuste, através **da guia nº 0306920219907750567448000**, no valor de R\$ 7.998,74 (sete mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).

10.2.10 - Guia de recolhimento da ART, nos termos da resolução nº 1.025/2009 CONFEA.

10.3 – O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações, Lei Municipal nº. 13.278/02 e demais normas pertinentes, aplicáveis à sua execução e especialmente aos casos omissos.

10.4 – Na forma da lei, os prazos de início de etapas de execução e de conclusão admitem prorrogação, desde que devidamente justificada por escrito pela adjudicatária e previamente autorizada pela autoridade competente.

10.5 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

10.6 – Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

10.7 – Faz parte integrante deste contrato o Edital, o Memorial Descritivo, **Anexo V**, o Relatório Fotográfico – **Anexo VI** e Projeto de Implantação, **Anexo VII**.

10.8 – **Cláusula Anticorrupção:** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.9 – As partes elegem o Foro da Vara da Fazenda Pública de São Paulo para dirimir eventuais dúvidas e controvérsias oriundas do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SUBPREFEITURA
SAPOEMBA

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes e 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

MARLON SALES DA SILVA
SUBPREFEITO
SUBPREFEITURA SAPOEMBA

CONTRATADA

Luiz Wanderley Gomes
Engenheiro Civil
CREA - 0601354010

TESTEMUNHAS:

NOME CARLOS ROCHA FUKUNAGA
RG 9923473.

NOME
RG SON L. F. ALVES
AGPP
RF: 742645.3.00